

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA**

**ATA DE REUNIÃO Nº 61
SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA
Realizada no dia 24 de junho de 2026**

Data: 24 de junho de 2026

Horário de início: 15h00 às 17h00

Modalidade: Reunião virtual (aberta para todos)

PARTICIPANTES REPRESENTANTES DE GOVERNO

- Josoé Durval Aguiar Junior - SMDHC

PARTICIPANTES DA SOCIEDADE CIVIL QUE SE PRONUNCIARAM

- Roseli kraemer - (Fórum da cidade)
- Maria Regina (SMDHC)
- Sheila Marcolino
- Thais silva - (Acompanhante TC Pop Rua)
- Vanessa - (Coordenadora banho para geral)
- Thiago - (Professor Rede Publica)
- Damiso Foustino - (Assessor do Eduardo Suplicy)
- Jenneferly
- Inspetor valim - (GCM)
- Thauane
- Matheus Marques - (Recifran)
- Beatriz Clemente - (Fórum da cidade de São Paulo)
- Gisele Abreu - (Conselheira do Comitê Pop Rua)
- Alderon Costa - (Fórum da cidade de São Paulo)

1. ABERTURA

Alderon: Solicitou esclarecimentos sobre a pauta e a organização da agenda, justificando que não estava ciente de antemão e enfrentava dificuldades de conciliação de horários devido a outras demandas. Passou a palavra para Jessica.

Inspetor Valim (GCM): Manifestou-se de forma informal sobre a organização e o público presente na reunião destinada à população em situação de rua, apresentando considerações sobre a dinâmica do ingresso dos participantes na plataforma virtual.

Josué (Coordenação Pop Rua / Direitos Humanos): Deu início formal à reunião, informando que a sessão estava sendo gravada e que aguardavam o ingresso do representante da SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social). Reforçou que o calendário das reuniões do comitê é fixo e pré-disposto para o ano inteiro, ocorrendo das 15h às 17h, independentemente de eventos externos como jogos. Em seguida, apresentou os seguintes pontos de informe:

- **Recolhimento de barracas:** Cobrança de respostas formais junto à Subprefeitura da Sé sobre as últimas ações de recolhimento de pertences, abrindo espaço para manifestação de eventuais representantes do território.
- **Ausência da servidora Mary:** Informou que, devido à licença ou férias da servidora responsável pela consolidação dos relatórios, não haveria a leitura analítica habitual, mas garantiu que o envio dos documentos de dezembro a abril foi realizado a todos os membros por e-mail.
- **Transparência e Formação:** Destacou que os relatórios (baseados nos dados do Centro de Acolhida e do CTA) servem de subsídio para o planejamento das formações obrigatórias de Direitos Humanos junto às equipes que chefiam e executam a zeladoria urbana nos territórios.

2. MANIFESTAÇÕES DOS PARTICIPANTES E DISCUSSÃO PAUTADA

Roseli: Solicitou informações oficiais sobre a veracidade da instalação de uma tenda da Operação Baixas Temperaturas na Praça da Sé, relatando não ter tido a oportunidade de verificar o local presencialmente.

Josué: Informou que, na região de Santana, houve alteração de endereço do equipamento. No centro, a informação preliminar aponta a manutenção da tenda principal no Parque Dom Pedro. Ressaltou que a coordenação está em contato direto com a SPTuris para mapear eventuais novas ampliações e atualizações.

Beatriz: Apresentou denúncia formal sobre ações de zeladoria urbana realizadas no período noturno e de madrugada, especificamente no Largo São Francisco. Relatou episódios de truculência, com uso de água nas vias públicas e recolhimento de cobertores, lonas e tendas durante o período de frio intenso. Criticou a abordagem das viaturas da Guarda Civil Metropolitana (GCM) que, segundo relatos recebidos de munícipes, aproximam-se com as luzes apagadas. Classificou a prática como inadmissível e solicitou maior autonomia e respostas contundentes por parte do Comitê, cobrando a efetivação das formações em direitos humanos para as forças de segurança e equipes de zeladoria.

Josoé: Declarou concordância integral com a gravidade dos fatos expostos por Beatriz. Admitiu a necessidade de desburocratizar os processos para iniciar as formações de zeladoria de maneira célere e contundente em toda a cidade, comprometendo-se a averiguar as ocorrências noturnas relatadas.

Roseli: Reiterou a denúncia sobre viaturas circulando com luzes apagadas no período noturno e questionou o funcionamento das câmeras corporais dos agentes nessas circunstâncias. Sugeriu o acionamento das instâncias superiores de segurança pública e a articulação conjunta dos comitês para coibir os abusos denunciados.

Thais: Colocou-se à disposição junto às equipes técnicas de SMADS. Posteriormente, pediu esclarecimentos sobre o público-alvo exato e o escopo das formações mencionadas pela coordenação.

Josoé: Esclareceu à Thais que as formações anuais são direcionadas tanto aos agentes de ponta operacionais da zeladoria quanto aos seus respectivos gestores locais. O conteúdo programático abrange os ritos legais estabelecidos pelo decreto regulamentador, como o aviso prévio de 72 horas pelo CAS (Comando de Operações Especiais), a devida catalogação e lacre de pertences e as garantias fundamentais da população assistida.

Alderon: Ressaltou os apontamentos de Beatriz Clemente. Relatou o recebimento de queixas no território do Brás sobre o recolhimento inadequado de sacos de dormir distribuídos por ações humanitárias. Denunciou, ainda, o uso recorrente de spray de pimenta em intervenções da GCM. Solicitou uma agenda de diálogo ou providências formais junto à corporação (representada na mesa pelo Inspetor Valim) e propôs a inclusão de um momento de apresentação dos novos membros no início de cada sessão para melhor qualificação do espaço.

Damiso: Solicitou esclarecimentos sobre o fluxo de acesso às gravações das reuniões.

Vanessa: Apresentou-se como assistente social e coordenadora do projeto, manifestando apoio às cobranças por direitos e dignidade no atendimento à população de rua.

Gisele: Solicitou o envio do link de acesso à reunião nos grupos de comunicação direta para viabilizar a participação da população civil e de lideranças assistidas. Em relação às denúncias contra a Guarda Civil Metropolitana, expressou visão divergente, elogiando a atuação recente da corporação no auxílio à pessoa idoso cadeirante na região do Pari. Defendeu que denúncias de violência necessitam de materialidade e comprovação por meio do circuito de câmeras do programa Smart Sampa e das câmeras corporais, a fim de que o Inspetor Superintendente Guilherme possa apurar eventuais desvios de conduta de forma justa. Por fim, cobrou do comitê a apresentação de planos de trabalho focados em projetos habitacionais definitivos, redes de apoio para mulheres vítimas de violência dentro das Vilas

Reencontro e manifestou-se contrária à migração compulsória de munícipes dos alojamentos provisórios para o modelo de auxílio-moradia (locação social).

Alderon: Esclareceu à Gisele que os registros e gravações das ocorrências mencionadas (como o uso de spray de pimenta na região da chapelaria) existem e estão sendo devidamente formalizados com indicação de data, hora e local para qualificar as denúncias. Concordou com as críticas de Gisele quanto às limitações temporais do modelo de acolhimento das Vilas Reencontro e reforçou a necessidade de cobrança por ampliação de vagas habitacionais definitivas junto ao Poder Executivo.

Damiso: Ressaltou que o debate no âmbito do subcomitê deve pautar-se estritamente pela legalidade, independentemente de percepções de caráter pessoal. Pontuou que o Decreto Municipal que regulamenta a zeladoria urbana é de caráter público, mandatário e didático: proíbe explicitamente a subtração de instrumentos de trabalho, carroças, documentos, medicamentos e pertences que não obstruam o fluxo nas calçadas. Sinalizou que, historicamente, a Coordenação Pop Rua enfrenta resistências políticas por parte das subprefeituras para a liberação de funcionários para os processos formativos. Concluiu afirmando que as denúncias recebidas pela sociedade civil emanam de flagrantes de transeuntes, comerciantes e dos próprios afetados, devendo este comitê agir de forma estritamente institucional e fiscalizatória para garantir o cumprimento integral da lei.

3. CONTINUAÇÃO DOS DEBATES E CONFLITO DE PAUTAS

Damiso: Ressaltou a importância de preservar a seriedade do colegiado, enfatizando que o subcomitê é um espaço institucional de debate e fiscalização de políticas públicas, o qual deve pautar-se estritamente pela legalidade e pelo cumprimento normativo, superando visões personalistas e juízos baseados no "achismo".

Roseli: Afirmou que apenas os cidadãos que vivenciam a realidade das ruas compreendem a violência perpetrada pelas ações de zeladoria e pela Operação Delegada, classificando-as como truculentas e focadas no comércio ambulante. Criticou a atual gestão do município, acusando o governo de adotar uma postura higienista voltada à exclusão e invisibilização da população vulnerável. Denunciou o descumprimento do decreto que proíbe o jateamento de água nas vias públicas e a subtração de bens em períodos de baixas temperaturas. Alertou que as abordagens noturnas e de madrugada ocorrem com viaturas com faróis, giroscópios e câmeras corporais desligados, aproveitando-se da ausência de testemunhas para agir à revelia da legislação protetiva.

Gisele: Rebateu as falas anteriores e questionou as críticas feitas por Alderon. Defendeu que a atual gestão inaugurou cerca de 14 a 15 unidades da Vila Reencontro e hotéis sociais, os quais, segundo suas próprias histórias e relatos de moradores, possuem módulos habitacionais vazios devido a supostas falhas de encaminhamento por parte das equipes técnicas dos Centros de Acolhida (Sefras). Declarou que mantém independência partidária para cobrar

autoridades quando necessário, mas criticou severamente os movimentos sociais ligados a partidos de oposição e a ausência de contrapartidas habitacionais do Governo Federal.

Em seguida, direcionou acusações pessoais à conselheira Roseli, questionando os valores recebidos por ela a título de auxílio-moradia na modalidade individual, alegando desvio de finalidade do benefício e solicitando formalmente à Thais e ao coordenador Josoé o protocolo de uma denúncia para fins de averiguação técnica. Acusou, ainda, os trabalhadores da assistência social e as organizações do terceiro setor de utilizarem as demandas da população de rua em benefício de pautas corporativas e salariais próprias. Por fim, denunciou que os critérios de prioridade para a locação social e moradias definitivas na modalidade de atendimento para solteiros (mencionando o caso da unidade Asival do Nascimento) estão sendo desvirtuados em detrimento de mães com crianças.

Vanessa: Interveio na discussão para sugerir o estabelecimento de um limite de tempo de fala para cada participantes para assegurar o caráter democrático, a ordem interna e a produtividade dela reunião, contestando o prolongamento das acusações.

Gisele: Rejeitou a interrupção feita por Vanessa, alegando que, na condição de conselheira legítima da população, possui o direito de manifestar-se sem restrições. Afirmou desconhecer o histórico de atuação de Vanessa em reuniões anteriores e sugeriu que organizações não governamentais utilizam o espaço para obter vantagens eleitorais.

Vanessa: Retrucou as declarações de Gisele, afirmando já ter participado de diversas sessões do comitê nos últimos dois anos e exigiu que as manifestações ocorressem dentro do respeito mútuo.

Josoé: Interveio repetidamente para acalmar os ânimos, solicitando ordem ao plenário e silenciando temporariamente os microfones para restabelecer a mediação. Reiterou à conselheira Gisele que o tema da pauta ordinária se restringia à zeladoria urbana, orientando-a a concluir sua fala e a remeter os debates sobre habitação para o momento oportuno.

Roseli: Solicitou à mesa a cassação da palavra de Gisele Abreu em razão do desvio temático da pauta e das ofensas proferidas no ambiente virtual.

Gisele: Insistiu que o debate sobre habitação correlaciona-se com a zeladoria na medida em que a ineficiência e a demora nos plantões da Central de Vagas do município obrigam as pessoas a permanecerem nas calçadas. Denunciou que os contatos via telefone 156 e as triagens realizadas nos Centros Pop (mencionando a unidade da Rua Mauá) geram esperas excessivas que vulnerabilizam as famílias e mães com crianças, que ficam sem acesso a fraldários ou banheiros adequados. Exigiu uma fiscalização rigorosa nos fluxos da central de atendimento e nos protocolos de dados preenchidos pelas *equipes de abordagem*.

4. RETOMADA DA PAUTA E ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS

Josoé: Retomou a palavra e explicou as regras regimentais do subcomitê permanente, esclarecendo que, ao contrário das reuniões ordinárias do Comitê Pop Rua, o espaço do subcomitê dispõe de maior flexibilidade de horário e tempo de fala, visando o aprofundamento técnico dos temas e evitando interrupções. Garantiu que a ordem de inscrição por meio do levantamento de mãos virtuais é rigorosamente seguida e pediu o retorno ao foco principal da reunião, passando a palavra à Beatriz Clemente.

Beatriz: Agradeceu e corroborou a argumentação técnica apresentada por Damiso Faustino sobre a necessidade de cumprimento estrito das balizas legais previstas no Decreto de Zeladoria. Reafirmou que as denúncias encaminhadas ao subcomitê baseiam-se em fatos concretos constatados no cotidiano de atendimento do serviço social. Lamentou os episódios de recolhimento inadequado de bens de proteção térmica, como lonas e sacos de dormir de alta qualidade doados à população civil, e ressaltou que a atuação das entidades visa exclusivamente salvaguardar as garantias fundamentais e a dignidade humana daqueles que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade.

Inspetor Valim: Apresentou o posicionamento institucional da Guarda Civil Metropolitana. Afirmou que a diretriz repassada pelo comando da Inspetoria Regional da Sé prioriza o respeito aos cidadãos e o estrito cumprimento da legalidade, destacando que a corporação atua ativamente em ações humanitárias, como a distribuição de cobertores durante as madrugadas. Argumentou que eventuais excessos constituem casos isolados que não refletem a política da instituição. Justificou que o uso da força é estritamente reativo, empregado em situações de injusta agressão para garantir a integridade física dos próprios agentes, citando como exemplo o episódio ocorrido no Parque Dom Pedro onde um guarda foi ferido por arma branca. Quanto à lavagem de vias públicas, esclareceu que os serviços de zeladoria urbana executados no território da Sé ocorrem regularmente no período diurno, encerrando-se impreterivelmente às 16h00, e que ações noturnas desse tipo não são do conhecimento ou da autorização do comando local.

5. TENSIONAMENTO NO PLENÁRIO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Josoé: Interveio na sessão para silenciar temporariamente os microfones dos participantes, justificando que a medida era estritamente necessária para restabelecer a ordem e delimitar o encadeamento adequado e o encerramento das pautas do comitê. Pediu desculpas a Beatriz Clemente pelo procedimento técnico.

Beatriz: Manifestou sua contrariedade com a postura e o tempo de fala concedido à conselheira Gisele em sessões anteriores. Criticou as manifestações de Gisele no plenário, classificando sua conduta como inadequada para o ambiente institucional, e acusou a referida conselheira de atuar unicamente em defesa e alinhamento político com o Poder Executivo Municipal e Estadual.

Gisele: Rejeitou as críticas de Beatriz Clemente, aduzindo sofrer perseguição pessoal por parte da referida assistente social. Afirmou que as entidades do terceiro setor deveriam focar seus esforços na captação de recursos e na execução de cursos de qualificação voltados diretamente aos cidadãos do sistema, em vez de focar em disputas de caráter político dentro do colegiado.

Josoé: Reforçou a determinação de que o comitê não toleraria a continuidade de discussões e bate-bocas virtuais. Esclareceu à conselheira Gisele que sua palavra já havia sido franqueada por tempo prolongado e que ela havia abordado múltiplos temas divergentes do escopo regulamentar da sessão (Zeladoria Urbana). Diante do impasse, o coordenador pontuou que, caso o modelo de fala livre e autônoma se mostrasse ineficaz devido a conflitos interpessoais, a mesa passaria a adotar a delimitação rígida de tempo (de 2 a 3 minutos por intervenção) nas próximas convocações, repassando a palavra a Daniela.

6. ESTRUTURA DE ATENDIMENTO E CANAIS OFICIAIS DE ACOLHIMENTO

Damiso: Registrou sua preocupação com o desvio frequente das pautas centrais do subcomitê por discussões acessórias. Apresentou duas propostas de encaminhamento formal:

- **Ofício à Inspetoria da Sé:** Com base na manifestação do Inspetor Valim, que indicou a ausência de registros oficiais sobre violações noturnas na superintendência, propôs que o subcomitê formalize e envie o compilado de denúncias recebidas diretamente à Inspetoria Regional e à Subprefeitura da Sé, exigindo uma resposta institucional detalhada.
- **Acesso às Mídias:** Reiterou a solicitação de envio da gravação integral e sem cortes da presente reunião para fins de análise pelas instâncias da sociedade civil.

Thais: Apresentou um detalhamento técnico informativo visando padronizar o conhecimento do colegiado acerca dos canais oficiais geridos pela SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) para a solicitação de vagas de abrigo na cidade. Pontuou as seguintes portas de entrada:

Tipo de Serviço	Unidades / Canais	Escopo de Atuação e Cobertura

Tipo de Serviço	Unidades / Canais	Escopo de Atuação e Cobertura
Centros POP	6 unidades no município	Atendimento socioassistencial e triagem de vagas. Possuim duas unidades estratégicas na região da Sé (Santa Cecília e Bela Vista), além de Santana, Vila Maria/Vila Guilherme e Santo Amaro.
CREAS	32 unidades descentralizadas	Centro de Referência Especializado de Assistência Social focado em atendimentos de alta complexidade em todas as subprefeituras.
Núcleos de Convivência	Equipamentos socioassistenciais	Focados em alimentação, higiene pessoal, atividades pedagógicas e encaminhamentos diretos para a rede de acolhimento.
SEAS	Equipes técnicas em via pública	Serviço Especializado de Abordagem Social atua com busca ativa, cadastramento de dados e encaminhamento imediato na rua.
Central 156	Canal telefônico oficial	Disponível para acionamento por qualquer cidadão ou pelo próprio usuário que necessite de intervenção e assistência em vias públicas.
Tendas da OBT	12 estruturas emergenciais	Ativadas sazonalmente na Operação Baixas Temperaturas para fornecimento de alimentação e triagem rápida de vagas.

7. QUESTIONAMENTOS SOBRE A OPERAÇÃO BAIXAS TEMPERATURAS (OBT)

Thuane: Inscreveu-se na fila de fala e solicitou informações sobre a disponibilização da gravação da sessão em portais públicos e questionou as posições de oposição manifestadas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) participantes.

Roseli: Solicitou esclarecimentos à Thais Silva dos Santos sobre o funcionamento e a localização exata da tenda emergencial destinada à região da Praça da Sé.

Thais: Informou oficialmente que a referida tenda da região da Sé está plenamente operacional, localizada na Praça Dom Fernando (proximidades da unidade de acolhimento do Sr. Robson). Detalhou que o equipamento funciona diariamente com atendimentos iniciados a partir das 18h00, integrando o cronograma oficial da Operação Baixas Temperaturas com vigência programada até o dia 31 de outubro de 2026.

Alderon: Solicitou que a assessoria da SMADS (Thais) formalize e envie por escrito ao comitê a lista consolidada contendo endereços, contatos dos coordenadores locais e horários de atendimento de todas as tendas e serviços de acolhimento para fins de fixação física nos equipamentos de atendimento e melhor orientação aos munícipes. A solicitação foi aceita de imediato pela servidora Thais.

Josoé: Informou a Alderon que providenciou a atualização de seu endereço eletrônico junto ao sistema do comitê para garantir o envio dos relatórios mensais pendentes (dezembro a abril), solucionando a falha de comunicação interna apontada pelo conselheiro.

(Nota: Entre os minutos 1:25:53 e 1:26:29, registrou-se novo tensionamento verbal no plenário virtual envolvendo interrupções mútuas e manifestações de cunho político-partidário entre as conselheiras Gisele Abreu, Roseli Kraemer e Thuane. O coordenador Josoé Durval Aguiar Junior interveio aplicando a moderação técnica nos microfones para restaurar o decoro da sessão).

8. DEFINIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES E ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Alderon: Apelou aos membros do comitê pela manutenção do nível técnico do debate, ressaltando que disputas internas enfraquecem a articulação dos movimentos sociais. Corroborou o posicionamento do Inspetor Valim ao pontuar que as violações na ponta devem ser tratadas de forma qualificada. Relatou dificuldades reais na obtenção de vagas para perfis específicos (como casais) e citou a sobrecarga extrema nas unidades do centro (lotação completa reportada pela gerência local). Expôs a urgência de aprimoramento da política de distribuição e preservação de vestimentas e cobertores diante do rigor climático.

Apresentou como proposta de recomendação formal do Subcomitê que, durante a vigência dos alertas de baixas temperaturas, o Poder Público expeça diretriz proibindo terminantemente:

1. O recolhimento de cobertores, lonas e sacos de dormir da população em situação de rua;
2. A execução de ações de desmonte de barracas e desfazimento de acampamentos de pernoite durante o período noturno e de madrugada.

Gisele: Manifestou concordância com a necessidade de readequação das tendas da OBT, sugerindo que estas sejam substituídas por núcleos de acolhimento com funcionamento 24 horas para garantir a segurança de mulheres e mães com crianças. Denunciou problemas de abastecimento de insumos (como chocolate quente e cobertores) no posto de atendimento do Pari, relatando que os suprimentos encerram-se por volta das 19h00, gerando tumultos e problemas de falta de banheiros na área externa do equipamento. Solicitou a inclusão de banheiros químicos e fraldários nas tendas operantes.

Thais: Prestou esclarecimentos sobre a logística das tendas, informando que a gestão é compartilhada contratualmente entre SMADS, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e SPTuris. Explicou que os insumos alimentícios chegam abastecidos entre 15h00 e 16h00 e que, por diretriz humanitária, não há limitação de consumo por CPF ou por indivíduo na fila. Justificou que a alta rotatividade de munícipes que repetem o acesso aos alimentos pode ocasionar o esgotamento precoce dos itens antes do horário de fechamento das tendas (22h00), não configurando retenção deliberada de insumos pelo município.

Jennifer: Manifestou preocupação com o caráter tardio do debate sobre as salvaguardas da Operação Baixas Temperaturas, pontuando que o planejamento de proteção contra a zeladoria no inverno deve ser permanente. Apontou uma redução na estrutura e na capilaridade de espaços de abrigo de grande porte na cidade em comparação a anos anteriores. Realizou um apelo pela unificação das frentes de luta do terceiro setor, sugerindo que o comitê convoque agendas diretas e unificadas com o chefe do Poder Executivo (Prefeito Ricardo Nunes) para a apresentação das demandas urgentes e cobrança por medidas efetivas. Alertou ainda que os territórios periféricos, especialmente a Zona Sul, demandam atenção imediata e vistorias urgentes.

Josoé: Agradeceu as contribuições de Jennifer Lee e declarou que todas as propostas, recomendações e relatórios apresentados foram devidamente catalogados pela mesa técnica e comporão os expedientes oficiais enviados à SMADS, SMSU e Subprefeituras.

Informou que, em decorrência do recesso parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo durante o mês de julho, a próxima Reunião Ordinária do Comitê Pop Rua ocorrerá de forma presencial no edifício-sede da Secretaria de Direitos Humanos (bairro da Liberdade), mantendo-se o calendário padrão. Informou ainda que, no mês de agosto, as sessões retornarão ao plenário da Câmara Municipal.

Gisele: Confirmou a mobilização das lideranças civis para garantir o retorno definitivo das sessões na Câmara em agosto e solicitou a mediação da assistente social Regina para o agendamento de uma comissão de vistoria e fiscalização técnica nas dependências do Centro Pop da Rua Mauá na semana subsequente, com foco na avaliação do atendimento e fluxo de vagas. A proposta de vistoria foi acolhida pela coordenação.

Josué: Agradeceu a presença dos representantes do poder público, da sociedade civil, dos movimentos sociais e dos participantes presentes.

Sem mais para o momento a reunião foi encerrada.

9. PROCEDIMENTOS FINAIS E ENCAMINHAMENTOS FORMALIZADOS

Ficam deliberados e aprovados pela mesa técnica os seguintes procedimentos decorrentes das denúncias, propostas e deliberações ocorridas ao longo desta sessão:

- **Formação Continuada:** Expedição de termo técnico para agendamento e execução imediata do programa de formação em Direitos Humanos e ritos do Decreto de Zeladoria com as equipes operacionais de ponta e inspetorias da GCM.
- **Fiscalização Operacional (Horários e Bens):** Instauração de pedido de informações à Subprefeitura da Sé para apurar denúncias sobre a realização de zeladoria fora do horário regulamentar (período noturno) e sobre a retenção inadequada de cobertores e sacos de dormir.
- **Expediente de Apuração à SMSU:** Comunicação formal à Secretaria Municipal de Segurança Urbana contendo os relatos sobre a circulação noturna de viaturas com dispositivos luminosos e giroscópios desligados para apuração perante a corregedoria interna.
- **Apoio Técnico e Fluxos de Demanda (SMADS):** Encaminhamento das demandas e queixas relativas à demora na liberação de vagas matutinas, triagens e infraestrutura de atendimento do Centro Pop à equipe técnica da SMADS para avaliação de fluxo.
- **Ofício de Diligência à Inspeção da Sé:** Compilação formalizada das denúncias trazidas pela sociedade civil para envio direto à Inspeção Regional, demandando posicionamento detalhado sobre os casos apontados em plenário.
- **Disponibilização de Conteúdo:** Envio do link e disponibilização da gravação integral e sem cortes da presente reunião virtual aos membros e instâncias representativas da sociedade civil cadastrados.
- **Comissão de Vistoria Técnica:** Agendamento, sob a mediação da assistente social Regina, de visita técnica de fiscalização nas dependências do Centro Pop da Rua Mauá para a semana subsequente, avaliando a salubridade, fluxo de vagas e instalações.